



GEDES
Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 28/2021

Período: 07/08/2021 - 13/08/2021

GEDES – UNESP/UNIFESP

- 1- Supremo Tribunal Federal e Exército descartaram possibilidade de golpe
- 2- Ruptura democrática preocupa políticos e jornalistas
- 3- Militares negaram ameaça a eventual posse de Lula
- 4- Periódico traçou perfil de coronel acusado de espionagem
- 5- Exército é acusado de maus tratos a refugiados venezuelanos
- 6- Desfile militar na Esplanada dos Ministérios I: tramitação da PEC do voto impresso
- 7- Desfile militar na Esplanada dos Ministérios II: alvo de críticas e piadas
- 8- Senado revogou a Lei de Segurança Nacional, resquício da ditadura
- 9- Governo Biden propõe que Brasil se torne "sócio global" da OTAN caso o país afaste chineses da oferta de tecnologia 5G
- 10- Semelhanças dos militarismos de Chávez e Bolsonaro
- 11- Tenente-coronel da reserva do Exército depôs na CPI da covid-19
- 12- Em cerimônia com uso de máscara opcional, Jair Bolsonaro afirmou que as Forças Armadas são o poder moderador

1- Supremo Tribunal Federal e Exército descartaram possibilidade de golpe

De acordo com os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e integrantes do Alto-Comando do Exército concordaram sobre mitigar as declarações do presidente da República, Jair Bolsonaro, sobre as eleições de 2022. A *Folha* apurou que generais integrantes do Alto-Comando do Exército, apesar de "críticos em relação à atuação de ministros do STF", afirmaram que as reações do presidente da corte, Luiz Fux, fazem sentido frente ao temor de que a tentativa de invasão do Capitólio estadunidense por apoiadores de Donald Trump se repita no Brasil. A percepção dos militares é de que, apesar de inexistir qualquer possibilidade de golpe por parte de Bolsonaro apoiado pelas Forças Armadas, a crise aberta pelos "arroubos autoritários do presidente" deve se prolongar. Já o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e ministro do STF, Luís Roberto Barroso, afirmou que a ruptura democrática seria "desmoralizante" para as Forças Armadas, razão pela qual afirmou não acreditar que elas "se deixem seduzir por esse tipo de retrocesso histórico". Já o decano do STF, Gilmar Mendes, ressaltou que os militares "compreendem seu papel institucional". (*Folha de S. Paulo - Poder - 07/08/21*; *O Estado de S. Paulo - Política - 07/08/21*)

2- Ruptura democrática preocupa políticos e jornalistas

Segundo em coluna para o periódico *Correio Braziliense*, Denise Rothenburg avaliou que a classe política está cada vez mais preocupada com a relação às Forças Armadas na política, mesmo com repetidas falas de militares de que não estão considerando uma possível ruptura democrática. Ainda segundo o periódico, a intimidação feita pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, para defender seus interesses a partir das Forças Armadas é uma das causas para a tensão entre os três poderes. A colunista lembrou que recentemente, na Comissão Parlamentar de Inquérito da covid-19, o senador Rogério Carvalho (PT-SE) acusou o ministro da Defesa, Walter Braga Netto, de espionagem. Em coluna opinativa, ainda no *Correio Braziliense*, Luiz Carlos Azedo lembrou as intervenções ocorridas na história do país pelos militares desde a proclamação da República em 1889, e argumentou que em nenhum dos casos a intervenção foi moderadora, mas sempre com caráter de derrota democrática. Ainda segundo o autor, o “Partido Fardado”, pequeno grupo de generais liderados por Braga Netto, tenta tensionar a alta hierarquia das próprias forças armadas, principalmente do Exército, na defesa de interesses políticos. Na *Folha de S. Paulo*, Jânio de Freitas também comentou a ameaça à democracia brasileira, ao elucidar a paralisia das instituições: a Câmara dos Deputados e o Senado liderados por políticos que não estão à altura do cargo, nem do momento; o judiciário, que está sozinho; e a Procuradoria Geral da República contida pelo carreirismo de Augusto Aras. Assim, Freitas concluiu que caso ocorra o golpe, não faz diferença se for pleno ou parcial, já que teve permissão para ocorrer. (Correio Braziliense - Política - 08/08/21; Folha de S. Paulo - Poder - 08/08/21)

3- Militares negaram ameaça a eventual posse de Lula

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), solicitou a aliados, como o ex-ministro da Defesa, Nelson Jobim, que se reunissem com membros do Exército para apurar como sua possível eleição seria recebida pelas Forças Armadas. O discurso de oficiais da ativa e da reserva, dentre eles o ex-ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, e o general da reserva Sérgio Etchegoyen, tem sido de resistência a aprofundar diálogos, devido à "tentativa de tirar de comandantes a prerrogativa de escolha nas promoções e a forma com que Dilma conduziu a Comissão Nacional da Verdade", que segundo eles deveria também ter apontado os crimes da luta armada contra a ditadura, conforme teria sido pactuado com o ex-presidente. Contudo, também foi consenso entre eles a afirmação de que "prestarão continência a qualquer pessoa eleita", não havendo qualquer tipo de óbice por se tratar do petista. Um líder político de centro ouvido pela *Folha* e que conversou com comandantes militares recentemente partilhou com o periódico a impressão de que Jair Bolsonaro se encontra isolado do setor militar pelos recentes atritos envolvendo o general da ativa Eduardo Pazuello e a renúncia conjunta dos três comandantes das Forças Armadas. (Folha de S. Paulo - Poder - 07/08/21)

4- Periódico traçou perfil de coronel acusado de espionagem

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o coronel da reserva Roberval Corrêa Leão é da mesma turma de 1978 na Academia Militar das Agulhas Negras (Aman) que o ministro da Defesa, general Walter Braga Netto. Leão foi apontado pelo senador Rogério Carvalho (PT-SE) como enviado por Braga Netto para levantar informações de sua vida, como possíveis escândalos, "para saber o que é que podia ter para usar" contra o senador. O militar é coronel de cavalaria, mesma arma de Braga Netto e dos generais Hamilton Mourão e Augusto Heleno, respectivamente vice-presidente da República e ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência, e desempenha o cargo de primeiro-assessor parlamentar do 28º Batalhão de Caçadores, em Aracaju, estado de Sergipe. Ainda segundo *O Estado*, dados do Portal da Transparência apontam que o coronel de 65 anos recebe R\$ 29 mil de aposentadoria, desde que passou para a reserva em 2003, e que em suas redes sociais o apoio ao presidente da República Jair Bolsonaro é expressivo. Questionados pelo periódico, Roberval Leão e Braga Netto negaram as acusações. (*O Estado de S. Paulo* - Política - 07/08/21)

5- Exército é acusado de maus tratos a refugiados venezuelanos

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, uma carta-denúncia redigida por profissionais de saúde de abrigos da Operação Acolhida, em Roraima, além de um vídeo gravado no local pela organização Repórter Brasil, detalham práticas de violência e tortura praticadas por membros do Exército brasileiro contra indígenas venezuelanos. Dentre elas, um espaço de confinamento involuntário apelidado de "cantinho da vergonha", onde os oficiais mantêm presos de forma arbitrária refugiados que demonstrem embriaguez, "até que um militar integrante da equipe de coordenação do abrigo entenda ser possível sua libertação". Dentre os casos citados, "pessoas que tiveram o braço amarrado nas grades ou permaneceram presas por mais de 18 horas no local". Um cacique Warao venezuelano entrevistado pela Repórter Brasil afirmou que os militares os tratam como delinquentes, evidenciado pelo uso de armas de fogo dentro dos abrigos e a proibição de realizarem filmagens do local. Ainda segundo a *Folha*, os migrantes e refugiados deixaram de ser encaminhados a hospitais e unidades básicas para atendimento à saúde, direcionando-os para o Núcleo de Saúde da Acolhida (NSA), que se tornou na prática o "cantinho da vergonha". O comando da Operação Acolhida à época da criação de tal espaço era do general Antonio Manoel de Barros, posto ocupado hoje pelo general Sérgio Schwingel. O general Barros chegou a declarar à época que o objetivo do NSA era "não ocupar vagas do SUS". Procurado pela *Folha*, o Exército não quis se pronunciar. A Casa Civil afirmou em nota que o local existe, mas que "nenhum indígena é obrigado a permanecer nesse espaço", tendo à sua disposição "os serviços necessários à sua recuperação". O órgão federal negou a existência de arame ao redor dessas áreas, mas "irá apurar a situação" e tomar medidas cabíveis "caso seja comprovado qualquer tipo de maus-tratos". O Alto-Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, parceiro das Forças Armadas na Operação Acolhida, confirmou em nota ao jornal que sabia da existência do confinamento e que já havia entrado em contato com o comando da Força Tarefa Logística e Humanitária da Operação para solicitar a desativação desses espaços. (*Folha de S. Paulo* - Cotidiano - 07/08/21)

6- Desfile militar na Esplanada dos Ministérios I: tramitação da proposta de emenda constitucional do voto impresso

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, a Praça dos Três Poderes, em Brasília, recebeu no dia 10/08/21 um desfile militar. Segundo os jornais, o evento foi organizado pela Marinha para convidar o presidente Jair Bolsonaro e o ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, para assistirem à tradicional Operação Formosa, que ocorre todos os anos desde 1988 no estado de Goiás. No entanto, foi a primeira vez que Exército e Força Aérea participaram, que o Ministério da Defesa coordenou a Operação e que um desfile militar ocorreu na Esplanada e no Palácio do Planalto em um dia útil. Para realização do comboio, foram mobilizados carros anfíbios, obuseiros da Marinha, blindados, lançadores de mísseis, viaturas policiais, tanques e cerca de 2500 membros das Forças Armadas. Os jornais ressaltaram que o comboio partiu do Rio de Janeiro e chegou ao Planalto no mesmo dia em que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do voto impresso que propunha mudanças no sistema eleitoral, atualmente realizado via urnas eletrônicas, tramitava no Congresso Nacional. A PEC é uma bandeira defendida pelo presidente e por aliados, incluindo militares. Desde que o desfile foi anunciado, diversos parlamentares e membros do Judiciário se pronunciaram a respeito e muitos alegaram que o desfile se tratava de uma manobra para pressionar, intimidar e influenciar os parlamentares a votarem a favor da PEC, além de terem sido pegos de surpresa, como, segundo o *Correio*, também o foram oficiais do Alto Comando. O jornal também destacou que, de acordo com fontes militares anônimas, a inclusão das sedes do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Congresso no trajeto foi definida e ordenada pelo Ministério da Defesa. A *Folha* e *O Estado*, porém, apontaram que o desfile e o desvio do trajeto no dia da votação da PEC foram ordem de Bolsonaro para pressionar os deputados e, de acordo com *O Estado*, foi dada na sexta-feira anterior, quando Bolsonaro já sofria os "reveses" do voto impresso. Conforme apontou a *Folha*, os internautas compararam o Brasil com a Coreia do Norte devido ao exibicionismo que ocorreu no país meses atrás. O *Correio* e a *Folha* destacaram que o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, classificou como uma "trágica coincidência" que o desfile e a votação tenham acontecido no mesmo dia, mas que tal ocorrência "não é usual", o que se torna um problema num país "polarizado" como o Brasil. A senadora Simone Tebet classificou como uma ação de "intimidação" e "inconstitucional", passando de "simbolismo" para "intimidação real". O senador Randolfe Rodrigues declarou que se tratava de uma "demonstração de covardia" e não de "força", enquanto o senador Alessandro Vieira questionou o desperdício de verbas públicas numa "exibição vazia de poderio militar" e protocolou na Justiça Federal da 1ª Região junto a outros parlamentares uma ação pública requerendo que o desfile fosse impedido, o que foi indeferido. De acordo com o *Correio*, para Celso Amorim, ex-ministro da Defesa no governo da ex-presidente da República Dilma Rousseff, o desfile é "preocupante diante da crise institucional entre o Palácio do Planalto e os outros Poderes", além de interpretá-lo como uma "ameaça", seja consciente ou inconsciente. Além disso, Amorim entendeu o desfile como uma demonstração de apoio dos militares a Bolsonaro. Ao mesmo jornal, Aldo Rebelo, que também chefiou a pasta da Defesa no governo Rousseff, manifestou estar "confiante" de que as Forças Armadas não "embarcariam numa 'aventura' com Bolsonaro", já

que, embora o apoiem em qualquer “tarefa de interesse público”, não violariam a Constituição. Em coluna ao *Correio*, o jornalista Luiz Carlos Azedo chamou o desfile militar de “tanqueata” e destacou como “gesto equivocados” de Bolsonaro, que está “empenhado em constranger os comandantes militares a fazerem demonstrações de alinhamento político”. Para Azedo, o evento tratou de corroborar as ameaças feitas por Braga Netto de não realizar eleições em 2022 caso a PEC não seja aprovada. Para a jornalista Denise Rothenburg, em coluna ao mesmo jornal, “se corresse, ficaria pior” e a decisão da Marinha de manter o desfile seria uma prova de que já estava previamente agendado. Por sua vez, a Marinha emitiu uma nota negando que o evento tivesse a intenção de pressionar e que havia sido planejado antes da agenda de votação da PEC ser definida. Para *O Estado*, o ex-ministro da Defesa do governo de Michel Temer, Raul Jungmann, classificou como “despautério” e que nunca tinha acontecido de Bolsonaro envolver a Instituição [Forças Armadas] na “defesa de seu governo” e acredita que isso “se voltará contra ele”. O jornal lembrou que Bolsonaro havia feito duas tentativas de “exibição de força”, mas somente esta foi acatada pelo Ministério da Defesa. Para a jornalista Cristina Serra, em coluna à *Folha*, “o fator militar” é o que se impõe como dificuldades aos intentos de golpe de Bolsonaro, pois acredita que não seja certo quantos militares efetivamente o apoiariam. Serra aponta que muitos militares, ao falarem com a imprensa, o fazem “*off the record*” e seria preciso distinguir informação e blefe. No entanto, para ela, Bolsonaro apenas precisaria do apoio de alguns setores da Instituição, e então, para “a quebra institucional” bastaria uma “canetada”. A jornalista classificou o desfile como “marcha da insensatez” e salientou a responsabilidade de Lira no evento por ter “prolongado” a questão do voto impresso. Para o jornalista Álvaro Costa e Silva, em coluna ao mesmo jornal, além de todos os problemas que se impõem na gestão de Bolsonaro, acrescenta-se o “golpe em curso, se é que já não vivemos dentro dele”. O desfile, para Costa e Silva, impede que a situação seja classificada apenas como “crise institucional”, e fazê-lo seria “maquiar a realidade”. Também à *Folha*, o jornalista, eclesiástico e escritor Frei Betto questionou se o Brasil já não estaria vivendo uma ditadura, pelas convicções fascistas de Bolsonaro, seu apreço pelo regime militar de 1964 e lembrou as declarações do comandante da Aeronáutica, Carlos Baptista Junior, ao jornal *O Globo* de que caberia às Forças Armadas “tutelarem a democracia”, que “não abririam mão disso” e “homem armado não ameaça”. Frei Betto ainda rememorou as vésperas do golpe de 1964 quando militantes de esquerda acreditavam que as instituições “eram sólidas” e não havia risco de ruptura, além do “respaldo militar” a João Goulart, o então presidente da República. Frei Betto declarou que “onde há fumaça, há fogo” e é “ensurdecido silêncio dos militares da ativa”. Em coluna ao *Estado*, a jornalista Eliane Cantanhêde reiterou que o trajeto do desfile militar pela Esplanada foi ordem política do Planalto e do Ministério da Defesa diante da iminente derrota da PEC no Congresso. Para Cantanhêde, oficiais da três Forças estão “morrendo de vergonha” e acreditava que o desfile seria “um tiro n’água”, porém, “ameaçador” e o pior é “a submissão das Forças Armadas às pirraças infantis e irresponsáveis de Bolsonaro”. Segundo a *Folha*, um dia antes da votação da PEC, representantes do Foro Conservador, o qual reúne cerca de 76 movimentos de direita, entregaram ao presidente Jair Bolsonaro uma carta em que se colocam à disposição para irem às ruas em favor do voto impresso. Segundo o texto, o grupo clamou para que as Forças Armadas façam o seu papel histórico e “estejam atentas às possíveis

tentativas antidemocráticas de golpe contra a nossa República e ataques à nossa Constituição”. Apesar dos anseios do governo Bolsonaro, a PEC foi rejeitada pela Câmara dos Deputados, segundo reportagem do *Correio Braziliense* no dia 11/08/21. Para ser aprovada, a proposta precisaria ter pelo menos 308 deputados a favor de sua aprovação, número que compõe três quintos da casa. Contudo, durante a sessão, teve apenas 229 votos favoráveis - e 218 desfavoráveis, explicou o jornal. Já era esperado a derrota da proposta na Câmara, mas, mesmo que o texto tenha sido derrubado, o *Correio* indicou que a discussão sobre o “voto auditável” deve continuar ocorrendo. Na visão do periódico *O Estado de S. Paulo*, segundo matéria publicada no dia 11/08/21, a derrubada da PEC tem um alto custo político, uma vez que é fruto da escada de tensões entre as Instituições e o Presidente, e seu “resultado foi a maior derrota política de Bolsonaro desde que assumiu o mandato, em 2019”. (*Correio Braziliense* - Política - 09/08/21; *Correio Braziliense* - Política - 10/08/21; *Correio Braziliense* - Política - 11/08/21; *Folha de S. Paulo* - Poder - 09/08/21; *Folha de S. Paulo* - Colunas & Blogs - 09/08/21; *Folha de S. Paulo* - Poder - 10/08/21; *Folha de S. Paulo* - Paineis - 10/08/21; *Folha de S. Paulo* - Opinião - 10/08/21; *O Estado de S. Paulo* - Política - 09/08/21; *O Estado de S. Paulo* - Política - 10/08/21; *O Estado de S. Paulo* - Política - 11/08/21)

7- Desfile militar na Esplanada dos Ministérios II: alvo de críticas e piadas

Recebida primeiramente em meio a críticas, a Operação Formosa, voltada à capacitação de fuzileiros navais, tornou-se um desfile “constrangedor” na Esplanada dos Ministérios no dia 10/08/21, conforme materiais publicados no *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. Segundo o *Correio*, “a precariedade dos equipamentos e ausência de apoiadores transformou a parada num vexame e atingiu diretamente o meio militar”, aspecto que fez com que o desfile virasse na internet no formato de memes e piadas. O *Correio*, a *Folha* e *O Estado* reforçaram a ausência significativa de alguns convidados, como Luiz Fux, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Arthur Lira, presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Pacheco, presidente do Senado, e de Hamilton Mourão, vice-presidente da República. Em editorial, o *Correio* acrescentou que “coincidência ou não de datas, não há como não associar o desfile militar na Esplanada dos Ministérios ontem (10/08/21) à discussão do voto impresso na Câmara dos Deputados”. Ainda, na visão do periódico, se de um lado o desfile soou como intimidação e demonstração de força, de outro, mostrou o isolamento do presidente Jair Bolsonaro no Planalto. A *Folha*, por sua vez, avaliou que “o evento não trouxe nenhum saldo positivo para o governo” e sofreu críticas até de alas que apoiam o presidente. Em coluna ao *Correio*, Luiz Carlos Azedo comentou o “vexame” que se tornou a exposição militar e avaliou que o desfile “deprimente” foi “na política, uma afronta à democracia; no plano militar, demonstração de fraqueza. Para a política externa, um vexame internacional”. Além disso, a exibição acabou por demonstrar um verdadeiro sucateamento dos equipamentos de combate da Marinha, ressaltou Azedo: “não é difícil imaginar gozação nos gabinetes presidenciais dos nossos vizinhos da Argentina, Chile, Colômbia e Venezuela”. Mesmo ante os constrangimentos, Azedo lembrou que é necessário não perder de vista as intenções do presidente da República de “arrastar as Forças Armadas para essa aventura antidemocrática”, e que mesmo que tal “empreitada” seja difícil, não é

impossível. Por fim, reiterou que o desfile evidenciou o isolamento do presidente não só no âmbito nacional, como também no internacional. Nas páginas da *Folha de S. Paulo*, a demonstração foi “patética” e rebaixou a imagem das Forças Armadas e do país. Em editorial, o periódico avaliou que a demonstração “despropositada” foi “uma derrota moral e um certificado adicional da enrascada em que os fardados se meteram ao apoiar Bolsonaro e ajudá-lo a montar seu governo” - não que tal movimento fosse necessário, tendo em vista a atuação de Eduardo Pazuello durante seu tempo no ministério da Saúde, lembrou a *Folha*. Em coluna opinativa à *Folha*, o jornalista Hélio Schwartsman ressaltou que “se as Forças Armadas se prestaram ao papelão da terça-feira, não foi por obediência devida, mas por golpismo ou pusilanimidade de seus oficiais-generais”. Já na visão de Bruno Boghossian, conforme exposto em coluna à *Folha*, o episódio, usado como ferramenta de intimidação, ocorreu “sob o estímulo do governo Jair Bolsonaro e a complacência de outras instituições”, concluindo que “o partido militar está completo”. Relembrando a fala de Pedro Aleixo, vice-presidente brasileiro no ano de 1968, a jornalista Mariliz Pereira Jorge avaliou que “enquanto Jair Bolsonaro brinca de “marcha soldado” e desmoraliza as Forças Armadas, a democracia no Brasil vai sendo corroída pelas beiradas”. Para a autora, segundo sua coluna à *Folha*, pior do que os tanques na rua, é discurso de Bolsonaro de defesa da democracia, enquanto na prática tenta destruí-la. Carlos Alberto dos Santos Cruz, general da reserva e ex-ministro da Secretaria do Governo, criticou o desfile: para a *Folha*, o general disse que “achou [o evento] desnecessário, inoportuno e inconveniente”. Na visão de Elio Gaspari, o desfile “ecoou a cena em que o presidente americano Donald Trump pretendia comemorar a data nacional de 4 de julho de 2020 (quatro meses antes da eleição) com uma parada militar de aviões sobrevoando grandes cidades e tanques no gramado da Casa Branca”. Como lembrou em coluna à *Folha*, a pretensão de Trump, nos Estados Unidos, foi mal recebida. Já no Brasil, “Bolsonaro conseguiu seu desfile”. Opinião semelhante foi compartilhada pelo governador de São Paulo, João Dória (PSDB) e pelo vice-presidente do Partido Democrático Trabalhista (PDT), Ciro Gomes, segundo reportagem da *Folha*, no dia 11/08/21. Já na visão do ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, como escrito por Mônica Bergamo para a *Folha*, o desfile foi “patético”. Para Lula, apesar de Bolsonaro tentar estabelecer um clima de tensão e medo, o mesmo não tem força para promover um golpe militar que se sustente. A mesma reportagem noticiou que o desfile foi criticado durante a sessão da Comissão Parlamentar de Inquérito da covid-19, no dia 10/08/21. Segundo a *Folha*, a imprensa internacional também publicou críticas ao desfile militar e à postura de Bolsonaro, tal como nos jornais Le Monde, Clarín, The Guardian, Der Spiegel, Washington Post, ABC e Financial Times. Em comum, as reportagens avaliaram criticamente o desfile como uma demonstração de força de Bolsonaro, indicaram uma crise nas instituições brasileiras, além de um clima de tensão devido aos ataques contra o atual sistema eleitoral, segundo reportagem da *Folha*. Na avaliação do *O Estado*, conforme publicado em editorial no dia 11/08/21, o desfile foi “cabal” e se com ele Bolsonaro “pretendia fazer as instituições democráticas se acoelharem, fracassou”. Para Carlos Melo, cientista político e professor do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper), o dia do desfile foi de “constrangimentos”, como afirmou em coluna opinativa ao *O Estado*. Para Rosângela Bittar, em coluna ao mesmo periódico, o desfile mostrou que o presidente “incide na ilusão de que conta com todos os segmentos armados da

República”. Ainda em coluna para o *Estado*, William Waack discorreu acerca do debate que teria emergido entre as Forças Armadas, em decorrência do desfile militar promovido pelo governo federal, sobre o limite da obediência em relação à administração Bolsonaro. De acordo com o colunista, os militares superiores avaliaram que uma “ordem tresloucada dele [Bolsonaro] deixou de ser uma possibilidade e passou a ser uma probabilidade”, mas o afastamento do presidente deveria se dar, somente, por meio de vias legais. Para Waack, as Forças Armadas se encontram divididas e sofrem com a ausência de lideranças. Outra colunista que tratou do tema foi a jornalista Angela Alonso, para a *Folha*, onde identificou que as reações ao que chamou de “tanqueata presidencial” seguiram três padrões. Por um lado, houve a desmoralização humorística, com referências ao desenho *Corrida Maluca*, ao quadro *Lata-Velha* apresentado por Luciano Huck e a montagens comparando o ocorrido ao golpe militar em Mianmar, em fevereiro de 2021, e ao ditador norte-coreano Kim Jong-un. Por outro, houve as respostas sérias de indignação e defesa das instituições, reiterando o império da lei e do Estado de Direito, “pela enésima vez desde o início deste desgoverno”, como escreveu a jornalista. Por fim, a jornalista apontou que também houve a reação ufanista, desapontada, mas “grudada em Bolsonaro e às suas ordens”. A colunista chamou a atenção para a presença de “endinheirados e prestigiosos, empresários, pastores e artistas, que arrastam clientes e crentes” entre os apoiadores de Bolsonaro, citando os cantores sertanejos Sérgio Reis, Zezé de Camargo e Gusttavo Lima. E reforçou que nas redes sociais Bolsonaro tem um exército bem equipado em guerra com a democracia. (Correio Braziliense - Política - 11/08/21; Correio Braziliense - Opinião - 11/08/21; Folha de S. Paulo - Colunas e Blogs - 11/08/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 11/08/21; Folha de S. Paulo - Paineis - 11/08/21; Folha de S. Paulo - Poder - 11/08/21; Folha de S. Paulo - Poder - 13/08/21; O Estado de S. Paulo - Notas e Informações - 11/08/21; O Estado de S. Paulo - Política - 11/08/21; O Estado de S. Paulo - Política - 12/08/21)

8- Senado revogou a Lei de Segurança Nacional, resquício da ditadura

Conforme informou o periódico *Correio Braziliense*, o Senado Federal votou e aprovou o Projeto de Lei (PL) nº 2.108/2021, no dia 10/08/21, objetivando a revogação da Lei de Segurança Nacional (LSN), dispositivo remanescente da ditadura civil-militar (1964-1985). O PL passou a incluir crimes relacionados a atentados à democracia e à segurança nacional no Código Penal e foi aprovado em maio deste ano pela Câmara dos Deputados. A LSN é amplamente criticada por especialistas e políticos por ser “ultrapassada” e possibilitar a imputação de punições a opositores políticos e, nesta linha, o *Correio* lembrou as prisões que ocorreram neste ano em que manifestantes e um professor e dirigente do Partido dos Trabalhadores foram enquadrados na lei. Para além de revogar a Lei de 1983, o texto inclui uma série de crimes contra a democracia no Código Penal, acrescentou o *Correio*. O jornal avaliou que a votação estava pautada desde a semana anterior, mas os senadores defenderam sua aprovação na terça-feira, dia 10/08/21, como uma resposta ao desfile militar na Esplanada, ocorrido no mesmo dia. Após a votação, o projeto segue para a sanção de Jair Bolsonaro, explicou o periódico, estágio em que pode ser vetado, conforme acredita o relator, Rogério Carvalho (PT-SE). Na visão deste, o texto será alvo de vários vetos, e “corre risco de ser vetado pelo presidente”. Apesar de

Bolsonaro poder vetar o texto, “a última palavra é dos deputados e senadores que podem derrubar uma eventual decisão do presidente”, informou *O Estado de S. Paulo*. (Correio Braziliense - Política - 10/08/21; Correio Braziliense - Política - 11/08/21; O Estado de S. Paulo - Política - 11/08/21)

9- Governo Biden propõe que Brasil se torne “sócio global” da OTAN caso o país afaste chineses da oferta de tecnologia 5G

Em coluna no jornal *O Estado de S. Paulo*, o ex-embaixador e consultor de negócios Rubens Barbosa discorreu sobre a recente visita ao Brasil pelo conselheiro de Segurança Nacional dos Estados Unidos, Jake Sullivan, na qual ofereceu ao país a chance de se tornar sócio global da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) como parte da estratégia estadunidense de enfrentamento à China. O enquadramento do Brasil nesta posição garantiria “condições especiais para a compra de armamentos de países que integram a organização e abriria espaço para a capacitação de pessoal militar nas bases da aliança ao redor do mundo”. Na visão de Barbosa, a intenção do governo de Joe Biden é enfraquecer empresas chinesas que oferecem a tecnologia da rede 5G e, para isto, manifestou ao governo federal que cooperações nas áreas de defesa e segurança só seriam viáveis sem a participação de empresas chinesas. Para Barbosa, a proposta “tem que ver com o possível apoio dos militares no governo para reverter a decisão já tomada de não restringir a participação de nenhuma empresa na licitação da Anatel” e lembrou que não há consenso entre os militares sobre o assunto. Enquanto o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) se manifestou contrário ao acordo com empresas chinesas sob alegações de segurança nacional, outros oficiais das Forças Armadas se posicionaram favoráveis. Além disso, Barbosa ponderou que a questão do 5G também é “crucial” para a China e poderia implicar em outros efeitos negativos ao Brasil, caso adote a posição de Washington, que por sua vez, contemplaria interesses brasileiros em relação à “expansão da Otan no Atlântico Sul, área prioritária na Estratégia Nacional de Defesa”. Para Barbosa, o Brasil teria de “adotar posição de independência” e se posicionar livre de “motivações ideológicas ou geopolíticas”. (O Estado de S. Paulo - Espaço Aberto - 10/08/21)

10- Semelhanças entre os militarismos de Chávez e Bolsonaro

O periódico *Folha de S. Paulo* comparou o presidente da República Jair Bolsonaro com o ex-presidente da Venezuela, Hugo Chávez. Além das trajetórias pessoais dos dois presidentes, oriundos das Forças Armadas, a *Folha* destacou a semelhança do militarismo nos dois governos. Embora Bolsonaro tenha utilizado como discurso de campanha a promessa de “não nos tornar uma Venezuela”, o jornal lembrou que, quando deputado, Bolsonaro havia prestigiado Chávez em 1999. A *Folha* destacou que ambos os países viveram uma ditadura militar, mas na Venezuela os militares estavam afastados do poder há mais de 40 anos quando Chávez ascendeu, enquanto no Brasil o contexto era “mais complexo”. De acordo com o jornal, os militares começaram a adentrar o poder já no governo do ex-presidente da República Michel Temer, que recriou o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e nomeou o general Sérgio Etchegoyen, até então chefe do Estado-Maior do Exército. Isto, contudo, foi aprofundado por Bolsonaro: o Tribunal de Contas da União (TCU) identificou que

havia em 2020 6.157 militares da ativa e da reserva ocupando cargos civis, o que superava os números da Venezuela. Ambos investiram na educação militar, nomearam generais para o comando de suas petroleiras, assim como colocaram militares no Ministério da Saúde. A *Folha* lembrou ainda episódios de intromissão de militares na política e apontou como o custo foi alto no caso chavista. Além disso, militares brasileiros já possuem privilégios de classe palpáveis: excluídos da reforma da previdência, a única categoria que poderá receber reajuste salarial em 2021 e a preservação do orçamento do Ministério da Defesa diante da crise fiscal. Conforme o jornal, especialistas declararam não ser possível aferir o grau de comprometimento das Forças Armadas com Bolsonaro diante de ruptura democrática, mas apenas o fato destas possibilidades serem discutidas já demonstra uma situação “extremamente preocupante” (Folha de S. Paulo - Mundo - 10/08/21).

11- Tenente-coronel da reserva do Exército depôs na CPI da covid-19

Segundo os jornais *Correio Braziliense* e a *Folha de S. Paulo*, o tenente-coronel da reserva do Exército e presidente do Instituto Força Brasil (IFB), Helcio Bruno de Almeida, se manteve em silêncio diante das perguntas dos senadores na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da covid-19 que pudessem incriminá-lo, principalmente aquelas referentes à disseminação de notícias falsas e às tratativas para a venda de vacinas contra a covid-19. O militar estava protegido por um habeas corpus parcial obtido no Supremo Tribunal Federal (STF). Logo no início do depoimento, o tenente-coronel leu uma declaração anunciando que não responderia perguntas relacionadas à empresa Davati ou seus supostos representantes, ao Ministério da Saúde e seus atuais e ex-servidores, à organização não-governamental Secretaria Nacional de Assuntos Humanitários (Senah) e seus membros, ao IFB e seus membros. Segundo o *Correio*, nessa declaração, Helcio afirmou que jamais esteve em qualquer jantar com o cabo da Polícia Militar de Minas Gerais, Luiz Paulo Dominghetti, apontado como vendedor autônomo da Davati. No entanto, o relator da CPI, senador Renan Calheiros, mostrou uma foto em que apareciam reunidos Helcio, Dominghetti e o reverendo Amilton Gomes de Paula, presidente da Senah. O militar da reserva também é suspeito de propagar notícias falsas e financiar sites negacionistas. Os senadores mostraram diversas postagens do IFB contrárias às medidas sanitárias, uso de máscaras e vacinas, defendendo medicamentos ineficientes contra a covid-19, além de publicações criticando ministros do STF e de ataques do presidente Jair Bolsonaro às instituições, inclusive postagens propondo intervenção militar com o fechamento do STF e do Congresso Nacional. (*Correio Braziliense* - Política - 11/08/21; *Folha de S. Paulo* - Poder - 11/08/21)

12- Em cerimônia com uso de máscara opcional, Jair Bolsonaro afirmou que as Forças Armadas são o poder moderador

Os jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* relataram que, em cerimônia de promoção de oficiais das Forças Armadas ocorrida no Palácio do Planalto em 12/08/21, o cerimonialista da Presidência da República anunciou que a máscara era item opcional. Segundo a *Folha*, o anúncio inaugurou oficialmente o uso optativo da máscara no Palácio e o cerimonialista fez uma pausa antes de ler a palavra “opcional”. *O Estado*

informou que houve risos, nesse momento, do presidente da República Jair Bolsonaro e do ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, que estavam sem o item de proteção; e que muitos no local tiraram as máscaras. Na cerimônia, os jornais informaram que o Bolsonaro fez um breve discurso, no qual afirmou que as Forças Armadas são o poder poderador e darão “apoio total às decisões do presidente para o bem da nação”. O *Correio* lembrou, em contraposição, uma menção do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, de junho de 2020, à “missão institucional das Forças Armadas na defesa da Pátria, garantia dos poderes constitucionais e garantia da lei e da ordem”, o que não acomoda o exercício de poder moderador. Já a *Folha* lembrou que as declarações sucederam uma série de afirmações golpistas de Bolsonaro, ameaçando inclusive a realização das eleições de 2022. O jornal rememorou que Bolsonaro já disse, em janeiro de 2021, em tom de ameaça, que “quem decide se um povo vai viver na democracia ou na ditadura são as suas Forças Armadas”. A *Folha* também relatou que as declarações sobre o suposto poder moderador são amparadas em um vídeo em que o advogado e professor Ives Gandra Martins afirma que os militares teriam um papel de poder “moderador” em uma situação de crise extrema entre os poderes, mas não para “romper” a lei e a ordem. Segundo o jornal, porém, professores de direito e constitucionalistas são quase unânimes em afirmar que uma intervenção militar representaria uma ruptura institucional. (Correio Braziliense - Política - 13/08/21; Folha de S. Paulo - Poder - 13/08/21; O Estado de S. Paulo - Política - 13/08/21)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Beatriz Grasiano Campos (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Davi Campos Matos (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBEX); Débora Cruz Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Gabriela Araujo da Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Giovani Nunes de Aguiar (Redator, graduando em Relações Internacionais); Giovanna Palas Soares Santos (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Gislaine Amaral Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Grazielly Dourado Santos (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em

Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leticia Beneves (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista CNPq); Leonardo Pontes Vinho (Redator, graduando em Relações Internacionais); Lucas Rizzati Iquegami (Redator, graduando em Relações Internacionais); Rodrigo Freitas de Souza (Redator, graduando em Relações Internacionais); Thalia Cristina Vieira Lima (Redatora, graduanda em Relações Internacionais).